



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA
ASSESSORIA DE ESTUDOS ECONÔMICO-FISCAIS**

**ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA DO
DISTRITO FEDERAL**

JUNHO/2016

APRESENTAÇÃO	02
ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA	03
CENÁRIO MACROECONÔMICO	08

APRESENTAÇÃO

Elaborado pela Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF, o presente relatório tem o propósito de divulgar os valores da arrecadação de origem tributária do Distrito Federal referentes ao mês de junho e ao primeiro semestre de 2016.

A fonte dos dados apresentados é o Sistema Integrado de Gestão Tributária – SIGGO em 08/07/2016. Para as arrecadações do ICMS e do ISS por segmento econômico, a fonte é o Sistema Integrado de Tributação e Administração Fiscal – SITAF em 19/06/2016.

As informações são apresentadas por meio de tabelas e gráficos, acompanhados de comentários, de forma a evidenciar o comportamento das receitas de origem tributária no mês de junho de 2016 e no primeiro semestre de 2016 e em relação a igual período do ano anterior.

Inicialmente, aborda-se o total da arrecadação de origem tributária, sendo apontados os itens de receita que mais contribuíram para o resultado observado. Em seguida, faz-se a exposição da arrecadação do ICMS, item de receita de maior representatividade, detalhada por situação de recolhimento e atividade econômica. É dado destaque à arrecadação do regime simplificado de tributação (Simples Nacional) nos últimos seis meses, discriminando os recolhimentos a título de ICMS e ISS. A arrecadação do ISS é tratada na sequência por situação de recolhimento e atividade econômica. Após, são apresentadas séries históricas das receitas de origem tributária.

Brasília, 22 de julho de 2016.

Assessoria de Estudos Econômico-Fiscais/GAB/SEF

ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA

No mês de junho de 2016, a receita de origem tributária totalizou o montante de R\$ 1.418,9 milhões em valores correntes. No confronto com junho de 2015, aponta-se acréscimo nominal de 1,6%, que corresponde a um decréscimo real de 7,2%, tendo como índice de correção monetária o INPC/IBGE. A tabela abaixo apresenta a receita de junho discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais e participações percentuais no total da arrecadação.

DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA Dados SIGGO em 08/07/2016

VALORES EM R\$ MIL

ITEM	jun/16	jun/15	junho/2015 pelo INPC/IBGE	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação em junho/16
	(a)	(b)	(c)	(a) - (b)	(a)/(b)	(a) - (c)	(a)/(c)	
ICMS	631.165	584.339	639.810	+46.826	+8,0%	-8.645	-1,4%	44,5%
ISS	117.664	124.310	136.111	-6.646	-5,3%	-18.447	-13,6%	8,3%
SIMPLES	25.257	28.595	31.309	-3.338	-11,7%	-6.052	-19,3%	1,8%
IRRF	193.437	227.981	249.623	-34.544	-15,2%	-56.186	-22,5%	13,6%
IPVA	36.921	30.141	33.003	+6.779	+22,5%	+3.918	+11,9%	2,6%
IP TU/TLP	329.233	289.223	316.679	+40.010	+13,8%	+12.554	+4,0%	23,2%
ITBI	31.765	23.765	26.020	+8.000	+33,7%	+5.744	+22,1%	2,2%
ITCD	7.727	10.954	11.994	-3.227	-29,5%	-4.267	-35,6%	0,5%
Outras Taxas	6.791	6.316	6.916	+475	+7,5%	-125	-1,8%	0,5%
Receita Tributária Total (A)	1.379.958	1.325.625	1.451.465	+54.334	+4,1%	-71.507	-4,9%	97,3%
Dívida Ativa	22.318	58.659	64.227	-36.340	+62,0%	-41.909	-1	1,6%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	6.979	6.246	6.839	+733	+11,7%	+140	+2,0%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	9.659	6.640	7.270	+3.019	+45,5%	+2.389	+32,9%	0,7%
Total das Outras Receitas (B)	38.956	71.545	78.336	-32.589	-45,6%	-39.380	-50,3%	2,7%
Total da Arrecadação (A) + (B)	1.418.914	1.397.169	1.529.802	+21.745	+1,6%	-110.887	-7,2%	100,0%

Fonte: SIGGO.

No resultado acumulado do primeiro semestre de 2016, a receita de origem tributária alcançou o montante de R\$ 7.387,7 milhões em valores correntes, o que representa acréscimo nominal de 6,9%, mas decréscimo real de 3,0%, em relação ao mesmo período de 2015. A tabela a seguir apresenta a receita acumulada no ano discriminada pelos principais tributos, variações nominais e reais, e participações percentuais no total da arrecadação.

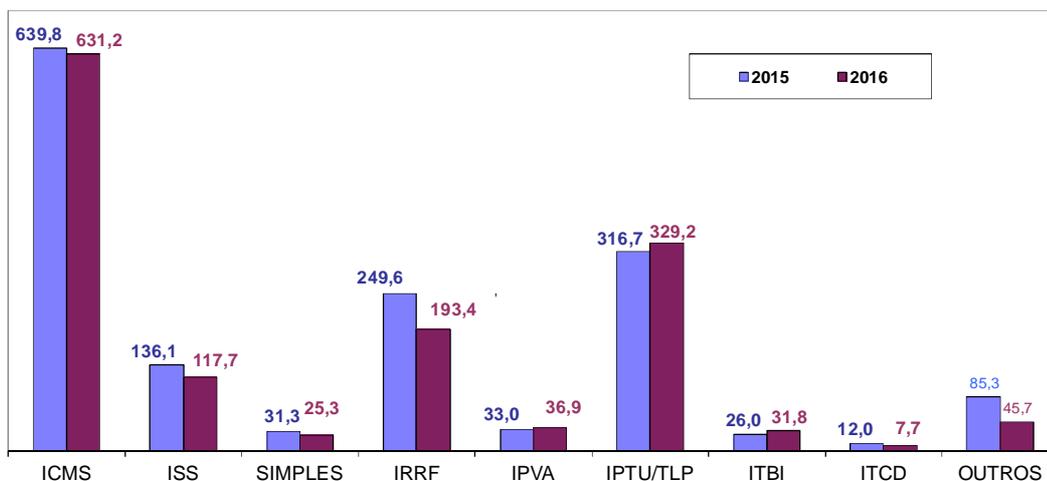
DISTRITO FEDERAL: ARRECAÇÃO DE ORIGEM TRIBUTÁRIA ACUMULADA EM 2016									
Dados SIGGO em 08/07/2016									
VALORES EM R\$ MIL									
ITEM	2016 (a)	2015 (b)	2016 pelo INPC/IBGE (c)	2015 pelo INPC/IBGE (d)	Variação Nominal		Variação Real		Composição da arrecadação
					(a) - (b)	(a)/(b)	(c) - (d)	(c)/(d)	
ICMS	3.634.176	3.206.744	3.694.597	3.594.760	+427.432	+13,3%	+99.837	2,8%	49,2%
ISS	719.841	701.211	732.086	785.679	+18.630	+2,7%	-53.593	-6,8%	9,8%
SIMPLES	167.484	167.908	170.460	188.241	-424	-0,3%	-17.782	-9,4%	2,3%
IRRF	1.286.714	1.368.558	1.307.042	1.533.888	-81.844	-6,0%	-226.846	-14,8%	17,4%
IPVA	740.364	644.375	752.749	720.730	+95.990	+14,9%	+32.019	4,4%	10,0%
IPU/TLP	379.220	350.164	380.099	384.686	+29.056	+8,3%	-4.588	-1,2%	5,1%
ITBI	148.139	153.220	150.285	171.705	-5.081	-3,3%	-21.420	-12,5%	2,0%
ITCD	51.593	46.284	52.592	51.664	+5.309	+11,5%	+928	1,8%	0,7%
Outras Taxas	41.379	40.806	41.974	45.730	+573	+1,4%	-3.755	-8,2%	0,6%
Receita Tributária Total (A)	7.168.910	6.679.269	7.281.884	7.477.083	+489.641	+7,3%	-195.199	-2,6%	97,0%
Dívida Ativa	134.955	176.058	136.957	196.156	-41.104	-23,3%	-59.198	-30,2%	1,8%
Multas e Juros de Mora - Dívida Ativa	40.549	28.380	41.132	31.815	+12.169	+42,9%	+9.317	29,3%	0,5%
Multas e Juros de Mora dos Tributos	43.246	30.170	43.889	33.762	+13.076	+43,3%	+10.127	30,0%	0,6%
Total das Outras Receitas (B)	218.750	234.608	221.979	261.733	-15.859	-6,8%	-39.754	-15,2%	3,0%
Total da Arrecadação (A) + (B)	7.387.660	6.913.878	7.503.863	7.738.815	+473.782	+6,9%	-234.953	-3,0%	100,0%

Fonte: SIGGO.

Os ingressos do ICMS Incentivado/FUNDEFE serão desconsiderados na análise seguinte por apresentarem comportamento irregular ao longo do tempo e representarem receita contábil sem fluxo financeiro. No primeiro semestre de 2016, esses ingressos foram de apenas R\$ 25 mil. No mesmo período em 2015, não houve realização desses ingressos.

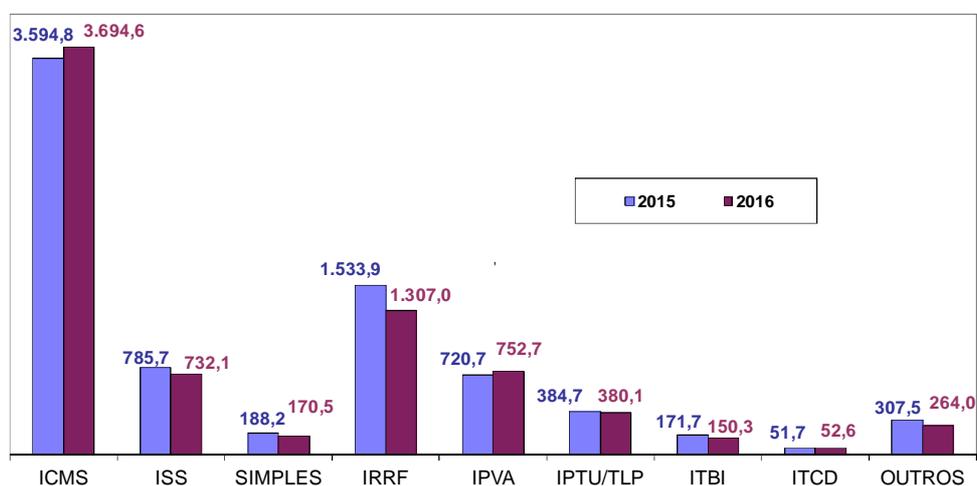
Avaliando o desempenho real da arrecadação tributária em junho de 2016 frente a junho de 2015, apontam-se como os principais resultados positivos: IPTU/TLP (+R\$ 12,6 milhões), ITBI (+R\$ 5,7 milhões) e IPVA (+R\$ 3,9 milhões). Os principais decréscimos foram no IRRF (-R\$ 56,2 milhões), na Receita da Dívida Ativa (-R\$ 41,9 milhões), e no ISS (-R\$ 18,5 milhões).

Arrecadação em junho/2016 contra junho/2015 - sem incentivado
Em R\$ milhões de junho/2016 (INPC/IBGE)



Na comparação com o primeiro semestre de 2015, observam-se acréscimos reais mais significativos no ICMS (+R\$ 99,8 milhões), reflexo das medidas legislativas de aumento da tributação aprovadas ao final de 2015; no IPVA (+R\$ 32,0 milhões); e nas Multas e Juros de Mora dos Tributos (+R\$ 10,1 milhões). Por outro lado, registra-se queda real expressiva na arrecadação do IRRF (-R\$ 226,9 milhões), devido ao fato da retenção do imposto referente à folha do funcionalismo de dezembro de 2015 ter ocorrido ainda no exercício de 2015. Houve decréscimos no ISS (-R\$ 53,6 milhões) e no ITBI (-R\$ 21,4 milhões), decorrentes da deterioração do cenário econômico e do mercado imobiliário.

Arrecadação em 2016 contra 2015 - sem incentivado
Em R\$ milhões de junho/2016 (INPC/IBGE)

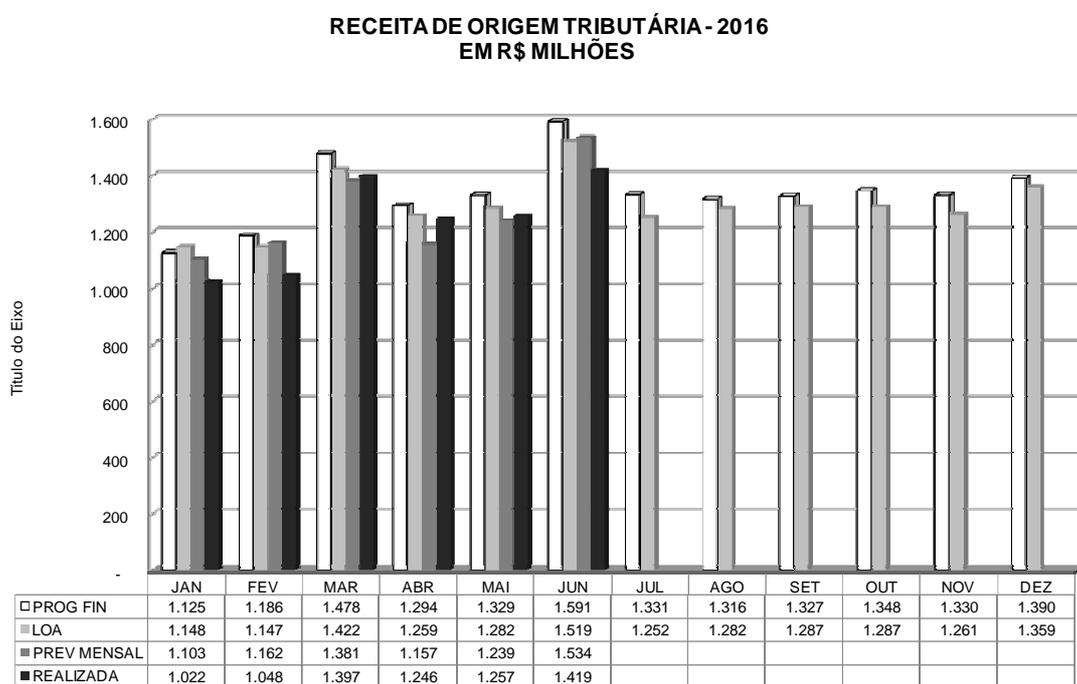


O Índice FipeZap – que acompanha o preço de venda dos imóveis em 20 cidades brasileiras - apresentou variação nula entre março e abril. Individualmente, oito das vinte cidades pesquisadas apresentaram variação negativa, enquanto as demais apresentaram elevação. Ainda assim, vale ressaltar que em apenas cinco cidades (Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Vitória e Contagem) o aumento dos preços em junho superou a inflação, 0,35% (IPCA/IBGE), para o mesmo mês.

Considerando-se os últimos doze meses, o Índice FipeZap também se manteve praticamente estável (-0,02%). Com isso tem-se o menor índice em toda a série histórica, considerando essa base de comparação. Tendo em vista que a inflação medida para o período é de 8,84%, o preço médio anunciado do

m² apresentou queda real de 8,82%. Neste âmbito, cabe enfatizar que todas as cidades brasileiras que compõem o Índice FipeZap registraram variação inferior à inflação dos 12 meses, sendo que no Rio de Janeiro, Niterói e Distrito Federal, houve queda nominal.

No gráfico abaixo são apresentados comparativos mensais entre os desempenhos das arrecadações previstas na previsão mensal, na LOA e na programação financeira e realizada cuja fonte é o SIGGO. Observa-se que a receita realizada ficou abaixo da contida na previsão mensal em R\$ 115,1 milhões, que corresponde a um decréscimo de 7,5% da mesma previsão.



Quanto à previsão contida na LOA para o mês de junho, obteve-se um desvio negativo de realização de R\$ 100,5 milhões, conforme o quadro abaixo. Discriminando os desvios pelos principais itens que compõem a receita tributária, os principais desvios positivos observados foram para o ICMS e IPTU/TLP, correspondentes a R\$ 45,7 milhões e R\$ 34,6 milhões, respectivamente. Por outro lado, o maior desvio negativo ficou a cargo do IRRF, de R\$ 140,4 milhões, seguidos pelo IPVA e ISS, de R\$ 15,8 milhões e R\$ 10,7 milhões, respectivamente.

Com relação à programação financeira, a receita realizada ficou abaixo da prevista em R\$ 172,0 milhões, sendo que o maior desvio negativo

foi do IRRF, de R\$ 140,4 milhões, seguido do ICMS, de R\$ 23,0 milhões. Observa-se que a receita do ICMS na programação financeira contém expectativas de receitas provenientes da fonte 900 para o ICMS e para o ITCD. No caso do ICMS, este fato explica a diferença negativa obtida destas previsões em relação à realização, uma vez que a expectativa de receita incluída na fonte 900 não se cumpriu e já foi revisada para baixo nas previsões mensais, a partir do mês de março.

VALORES EM R\$ MIL

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JUNHO 2016							
	PREVISÃO MENSAL (A)	PREVISTA LOA 2016 (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)
ICMS	577.817	585.487	654.198	631.165	53.348	45.678	(23.034)
ISS	126.077	128.383	135.153	117.664	(8.413)	(10.719)	(17.489)
SIMPLES	30.443	30.472	30.187	25.257	(5.186)	(5.215)	(4.930)
IRRF	333.832	333.832	333.832	193.437	(140.395)	(140.395)	(140.395)
IPVA	33.147	52.761	34.993	36.921	3.774	(15.840)	1.928
IPTU/TLP	355.245	294.620	317.278	329.233	(26.012)	34.613	11.955
ITBI	30.739	38.795	37.651	31.765	1.025	(7.031)	(5.886)
ITCD	6.562	6.730	6.994	7.727	1.165	997	733
OUTRAS TAXAS	7.676	8.241	8.237	6.791	(885)	(1.450)	(1.446)
RECEITA TRIB TOTAL	1.501.538	1.479.320	1.558.523	1.379.958	(121.580)	(99.362)	(178.565)
DIVIDA ATIVA	19.783	28.385	21.222	22.318	2.535	(6.067)	1.096
M/J DIVIDA ATIVA	6.150	5.062	4.800	6.979	829	1.917	2.179
M/J TRIBUTOS	6.539	6.610	6.379	9.659	3.120	3.049	3.280
TOTAL OUTRAS REC	32.472	40.057	32.401	38.956	6.484	(1.101)	6.555
TOTAL DA ARRECAÇÃO	1.534.010	1.519.377	1.590.924	1.418.914	(115.095)	(100.463)	(172.010)

No acumulado do ano de 2016, houve desvio negativo de realização em relação à previsão mensal de R\$ 188,9 milhões, sendo que os maiores desvios positivos foram observados para o ICMS e ISS, e negativos para o IRRF e IPTU/TLP. Quanto à LOA e à programação financeira, houve déficit nos montantes de R\$ 389,4 milhões e de R\$ 615,5 milhões, respectivamente, ressaltando-se que em ambos os casos, a maior frustração de realização foi no IRRF. Em relação à LOA, a maior superação foi do ICMS (R\$ 221,5 milhões), enquanto na programação financeira foi do ITCD (R\$ 10,6 milhões).

Cabe observar que o desvio negativo de realização do ICMS em relação à programação financeira decorre da inclusão nessa previsão da expectativa de receita do comércio eletrônico a partir do mês de fevereiro. Essa expectativa foi revisada na previsão mensal a partir de março.

RECEITA TRIBUTÁRIA DO DISTRITO FEDERAL - JANEIRO A JUNHO 2016							VALORES EM R\$ MIL	
	PREVISÃO MENSAL (A)	PREVISTA LOA 2016 (B)	PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA (C)	RECEITA REALIZADA (D)	(D-A)	(D-B)	(D-C)	
ICMS	3.444.847	3.412.651	3.729.021	3.634.176	189.329	221.525	(94.845)	
ISS	665.819	776.644	756.188	719.841	54.022	(56.803)	(36.347)	
SIMPLES	186.149	189.815	188.168	167.484	(18.665)	(22.331)	(20.685)	
IRRF	1.686.794	1.686.794	1.686.794	1.286.714	(400.080)	(400.080)	(400.080)	
IPVA	711.806	788.611	743.250	740.364	28.558	(48.247)	(2.886)	
IPJU/TLP	422.837	351.990	380.608	379.220	(43.617)	27.230	(1.388)	
ITBI	189.219	237.832	230.815	148.139	(41.080)	(89.694)	(82.676)	
ITCD	35.609	39.641	41.036	51.593	15.984	11.952	10.557	
OUTRAS TAXAS	46.176	42.909	42.777	41.379	(4.796)	(1.530)	(1.397)	
RECEITA TRIB TOTAL	7.389.257	7.526.887	7.798.657	7.168.910	(220.346)	(357.977)	(629.746)	
DÍVIDA ATIVA	119.049	166.899	124.783	134.955	15.906	(31.945)	10.172	
M/J DÍVIDA ATIVA	36.506	44.104	41.823	40.549	4.042	(3.556)	(1.274)	
M/J TRIBUTOS	31.731	39.214	37.843	43.246	11.515	4.032	5.403	
TOTAL OUTRAS REC	187.287	250.218	204.449	218.750	31.463	(31.468)	14.301	
TOTAL DA ARRECAÇÃO	7.576.543	7.777.105	8.003.105	7.387.660	(188.884)	(389.445)	(615.446)	

CENÁRIO MACROECONÔMICO

PIB

A economia brasileira não confirmou uma breve tentativa de melhora vista no mês de abril. O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) caiu 0,51% em maio, após crescimento de 0,07% em abril (dado revisado), que foi a primeira alta em 15 meses. No ano, a queda foi de expressivos 5,79%.

Nos 12 meses encerrados em maio, o IBC-Br aponta retração de 5,43% na série sem ajuste e baixa de 5,51% no dado ajustado. Devido às revisões constantes do indicador, o IBC-Br medido em 12 meses é mais estável do que a medição mensal. Em comparação com maio de 2015, houve baixa de 4,91% na série sem ajuste e de 5,32% com ajuste.

No Relatório de Inflação de junho, o BC projetou queda de 3,3% do PIB em 2016, contra projeção anterior de recuo de 3,5%. Os analistas consultados para a confecção do boletim Focus também apontam retração de 3,3% para a economia brasileira neste ano.

IPCA

A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) desacelerou de 0,78% em maio para 0,35% em junho, a menor desde agosto de 2015 (0,22%), informou em 08/07/2016 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). No sexto mês do ano

passado, o IPCA tinha subido 0,79%. No ano, o índice de preços acumula alta de 4,42%, abaixo dos 6,17% registrados em igual período de 2015. Em 12 meses, o avanço foi de 8,84%, inferior à taxa dos 12 meses imediatamente antecedentes, de 9,32%.

O grupo Alimentos e bebidas teve uma desaceleração tímida, de 0,78% em maio para 0,71% em junho, mas foi responsável por 0,18% do IPCA de junho, a maior contribuição entre os grupos avaliados. Dentro dessa classe de despesa, destacaram-se o aumento do feijão (41,78%) e do leite longa vida (10,16%). Juntos, feijão e leite foram responsáveis por 0,21%, ou 60% do índice geral. Já a queda no preço de alimentos como cenoura (-23,72%), cebola (-17,78%), tomate (-8,08%) e frutas (-7,58%) ajudaram a amenizar a alta dos alimentos. A despesa com habitação desacelerou de 1,79% em maio para 0,63% em junho, mas poderia ter tido um resultado melhor não fosse a taxa de água e esgoto, que ainda subiu 2,64% no sexto mês deste ano, após alta de 10,37% um mês antes, tendo em vista as pressões exercidas pelos reajustes vistos em Salvador, em Brasília, em Belo Horizonte e em São Paulo.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu, em 30/06/2016, manter em 4,5% a meta de inflação a ser perseguida pelo Banco Central (BC) em 2018. Para 2017, o colegiado confirmou a meta de 4,5% com banda de tolerância de 1,5%. A meta está em 4,5% desde 2005 e, atualmente, a banda para absorção de choques está em 2%. Não chegou a ser discutida a possibilidade de redução da meta para 2018 e a decisão de manter em 4,5%, com banda de 1,5%, foi tomada com unanimidade dos participantes.

Havia certa expectativa com relação à mudança da meta de 2018. Até o final de junho também não estava completamente descartada uma alteração, mas para cima, na meta de 2017, o que abriria espaço para uma redução mais célere da Selic. No entanto, tal possibilidade foi descartada pelo presidente do Banco Central (BC), Ilan Goldfajn, na apresentação do Relatório Trimestral de Inflação (RTI), em 28/06/2016

De acordo com Ilan, o objetivo do BC é cumprir plenamente a meta de inflação estabelecida pelo CMN, mirando o seu ponto central, já que os limites de tolerância servem para acomodar choques inesperados na inflação, que não permitam a volta ao centro da meta em tempo hábil.

SELIC

O Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado em 28/06/2016, e o discurso do novo presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn, provocaram forte ajuste no mercado futuro de juros, levando os investidores a postergar as apostas para o início do corte da taxa Selic neste ano.

O presidente do BC destacou que o objetivo é buscar o centro da meta de 4,5% em 2017 e descartou a adoção de uma meta de inflação ajustada, proposta que chegou a ser discutida pelo mercado. Isso levou o mercado a adiar as apostas para o início do corte de juros para outubro ou novembro, reduzindo a probabilidade de queda da Selic em agosto.

Algumas instituições consideram a possibilidade de o BC não cortar a Selic neste ano para assegurar a convergência da inflação para o centro da meta em 2017.

PROJEÇÕES IPCA, SELIC e PIB

As projeções para a inflação e a atividade econômica em 2017 melhoraram, de acordo com o boletim Focus, do Banco Central (BC), divulgado em 18/07/2016. E, a despeito dos números ruins de atividade divulgados ao longo da semana de 11 a 16/07, a previsão dos analistas de mercado para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano também teve melhora relativa.

A mediana das estimativas para o PIB de 2016 saiu de queda de 3,30% para recuo de 3,25%. Para 2017, a projeção agora é de crescimento de 1,10%, após quatro semanas de estabilidade em expansão de 1%.

No caso da inflação, a mediana das previsões para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) para 2016 permaneceu em

7,26%. A projeção em 12 meses para o avanço do IPCA saiu de 5,83% para 5,70% e, para o ano fechado de 2017, recuou de 5,40% para 5,30%.

As projeções para a Selic seguiram as mesmas: 13,25% para o fim deste ano e 11% no fim do próximo. A taxa básica de juros está, atualmente, em 14,25%. O Comitê de Política Monetária (Copom) do BC se reuniu na semana de 18 a 22/07/2016 manteve essa taxa.